

MOVIMENTO RENOVA SINESP

BOLETIM RENOVA SINESP Nº 03 – 1a Quinzena de Agosto – 2021



CRESCER O NÚMERO DE MORTES POR COVID ENTRE OS EDUCADORES

É O QUE REVELA RECENTE PESQUISA DO INSTITUTO POLIS

Confira na página 04 os detalhes dessa pesquisa que registra o aumento de óbitos de educadores justamente quando há o retorno às atividades presenciais nas escolas. Os dados são alarmantes.

DIRETORES DE ESCOLAS COMENTAM AS DIFICULDADES QUE MARCAM ESSE PERÍODO DO RETORNO

Acompanhe na página 04, o que pensam diretores de escolas que escreveram para essa edição do Boletim sobre como estão enfrentando as novas dificuldades da equipe gestora nessa fase do ano letivo.

A LUTA CONTRA A PEC 32, DA REFORMA ADMINISTRATIVA, CONTINUA...

Na página 02

SUPERVISORES ESCOLARES ANALISAM O MOMENTO CRÍTICO DA EDUCAÇÃO PAULISTANA

Acompanhe na página 03, as reflexões de grupo de Supervisores Escolares que foram convidados pWara exporem suas opiniões sobre o atual momento da Rede Municipal.

Kathlenn Reis Gonçalves



Coordenação Pedagógica e Pandemia: a luta continua!

doras/es e educandas/os; entre adultos e adultos e entre escolas e famílias foram alijadas. Nesse sentido, foi preciso adaptar, remendar, improvisar dinâmicas que potencializaram retrocessos e que demandará muita luta para minimizá-los.

Em um período de crescentes desafios, sentimos que a gestão municipal não considerou a realidade daquelas e daqueles que estavam no “chão da escola”. A partir do Decreto nº 64.879, de 20/03/2020, que instituiu o Estado de Emergência e suspensão das aulas presenciais a Secretaria Municipal de Educação pouco dialogou com a comunidade escolar. As Orientações, Instruções Normativas, Protocolo de Volta às Aulas, Notas Técnicas foram construídas sem considerar o que as/os profissionais da educação apontaram durante os momentos de reuniões com Diretorias Regionais de Educação e nos encontros do “Fala Rede”, nem pela mediação dos sindicatos com suas notas e tentativas de reuniões. Observamos que a SME deixou de lado princípios

fundamentais: apontamos que a gestão democrática foi gravemente negligenciada e a autonomia dos Conselhos de Escolas foram reduzidos. Infelizmente, a atuação da Secretaria foi midiática, usando as coletivas, jornais e suas próprias redes sociais para informar as famílias, estudantes e profissionais, ao mesmo tempo, fez propaganda de ações que nem haviam passado pelas DREs. Foram muitas contradições, descaso nos espaços de escuta e desgaste nas relações entre os diversos segmentos que compõem a rede municipal de São Paulo.

A Coordenação Pedagógica na dinâmica escolar pandêmica enfrentou e ainda enfrenta desafios inéditos. A formação das professoras e professores de modo virtual, diante de um contexto devastador dentro e fora da escola, tornou-se frágil, impessoal e de transformação limitada junto ao grupo. As “metamorfoses” causadas pelas interações e intervenções, assim como na sala de aula, realizadas “corpo a corpo”, são impossí-

veis tendo uma tela dividindo formadoras/es e educadoras/es.

No entanto, mesmo com todos os limites impostos pelo contexto pandêmico é fundamental que, enquanto Coordenadoras/es Pedagógicas/os não deixemos “para depois” discussões acumuladas – construídas à luz de teorias progressistas; por lutas da categoria e pelas produções/formulações vindas do “chão da escola” – que são primordiais para problematizarmos as posturas, escolhas e decisões na escola antes, durante e após esse período de crise humanitária e protocolos. As transformações da realidade por meio do conhecimento – assim pensadas por Paulo Freire, em particular – precisam seguir o seu curso, sobretudo diante de um governo que insiste em fazer da Coordenação Pedagógica um instrumento executor, fiscalizador, no limite, repressor.

Por isso é fundamental termos um SINESP forte, que esteja efetivamente ao lado das gestoras e gestores, defensor de uma

Alexandre Gilsogamo



formação crítica, pautando discussões subsidiadas por teorias e práticas progressistas/revolucionárias que impulsionem transformações no ambiente escolar e, conseqüentemente, na vidas das/os estudantes e famílias e não defensor do status quo defendido pela atual gestão municipal.

Kathlenn Reis Gonçalves, Coordenadora Pedagógica da EMEF José Mario Pires Azanha (DRE/MP)

Alexandre Gilsogamo, Coordenador Pedagógico da EMEF Mururés (DRE/MP)

APRESENTAÇÃO DO MOVIMENTO RENOVA SINESP

O Movimento de Oposição Renova SINESP, foi constituído em 2018, pois sentimos a necessidade de um sindicato profundamente afinado com as lutas contra a mercantilização da educação. Nesse sentido, pretende-se fomentar a democracia no interior da escola a partir de uma relação estreita com o território, ao mesmo tempo, mudar a relação de passividade do sindicato com os governos, colocando assim, a combatividade e a luta contra a retirada de direitos no centro de sua ação.

Estamos em defesa da educação popular, onde todas e todos na escola importam. Significa entender que a escola, na figura da Equipe Gestora, está fundamentalmente interligada à disputa das narrativas num espaço de formação para grandes questões que afetam a sociedade e impactam

diretamente no currículo, tais como: pobreza, miséria, invisibilidade, racismo, machismo, homofobia, xenofobia, questões da deficiência, capacitismo e intolerâncias correlatas.

Sentimos um descontentamento com a atuação da atual diretoria sindical do SINESP, em especial, sua omissão na luta, desde as privatizações do PSDB a partir de 2017, até seu imobilismo e pouco apoio às filiadas e filiados na Greve Pela Vida. Nossas ações têm como princípios a ética, a responsabilidade, a solidariedade, a justiça social, a defesa dos Direitos Humanos, o Patrimônio Público, em especial da Escola Pública, gratuita e laica com Concurso Público para provimento dos cargos.

Os participantes do Movimento Renova SINESP respeitam a pluralidade partidária

que está presente na categoria e defendem a consciência política, pois sabem que os Poderes Executivo e Legislativo, exercido pelos políticos, aprovam Leis que afetam a vida e os interesses das gestoras/es, das trabalhadoras/es da Educação e da população brasileira em geral. Consideramos que a diversidade de Chapas em Eleições Sindicais é tão importante para a Democracia Sindical quanto a diversidade de Partidos Políticos para a Democracia Participativa.

Em setembro deste ano haverá eleição sindical descentralizada conforme aprovado pela categoria no Congresso de 2018. Acreditamos que tal processo, desencadeado nas 13 DREs ampliará a participação dos filiados na votação, o que fortalecerá a democracia sindical que defendemos.

A LUTA CONTRA A PEC 32, DA REFORMA ADMINISTRATIVA, CONTINUA

As centrais sindicais estão convocando todas as categorias de trabalhadores e trabalhadoras para atos em todos o país no dia 18 de agosto, dia da luta contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, da reforma Administrativa. Além da greve, onde for possível, a ação dos servidores contra a reforma tem pressão nas bases dos parlamentares e em Brasília. As centrais sindicais já estão organizando os trabalhadores das diversas categorias para realizar atos, panfletagens, carreatas e até mesmo protestos, a exemplo das manifestações anteriores, que somadas levaram milhões de brasileiros às ruas contra a política do governo de Jair Bolsonaro de desmonte do Estado e desrespeito à vida.

Também no dia 18, movimentos sociais que integram a Frente Fora Bolsonaro, farão atos em apoio à mobilização, exigindo o fim do governo de Bolsonaro, aquecendo a mobilização para a próxima grande manifestação que será feita pelo Fora Bolsonaro no dia 7 de setembro. Nesse dia em que se celebra a independência do Brasil, quando tradicionalmente os movimentos sociais promovem o Grito do Excluídos, será realizado mais um ato #ForaBolsonaro.



Não à PEC 32

A luta dos servidores públicos contra a reforma Administrativa não é somente em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras, mas acima de tudo, em defesa do serviço público que será duramente prejudicado. Entre os retrocessos da PEC 32, podem ser destacados:

- Acaba com concursos para o setor público: menos servidores significa serviços mais precarizados;
- Acaba com estabilidade de servidores: trabalhadores podem ser perseguidos e

demitidos abrindo espaço para contratação de cargos que atendem ao interesse de um governante e não da sociedade;

- Transfere atividades públicas para a iniciativa privada: serviços públicos básicos como a saúde ficarão nas mãos da iniciativa privada, com custos repassados à população, cuja maioria não pode pagar;

- Dá poderes ao presidente da República para reorganizar o funcionamento do Estado: sem discussão com a sociedade ou com o Congresso, o chefe do Executivo poderá interferir na organização dos serviços públicos;

- Não combate altos salários: a PEC 32 não mexe com os chamados cargos de Estado – militares, juízes, desembargadores, diplomatas, que são os mais altos salários. A maioria dos servidores ganha, em média, R\$ 3.816,00. No serviço municipal, o rendimento é menor ainda. Cerca de 75% ganham até R\$ 3.381,00.

Por todas essas razões precisamos nos unir na luta contra a PEC 32, na qual é fundamental uma participação mais ativa dos sindicatos.

Fonte: Site: <https://www.cnte.org.br/>

SUPERVISORES ESCOLARES ANALISAM O MOMENTO CRÍTICO DA EDUCAÇÃO PAULISTANA



ONDE ESTÁ VOCÊ, SINDICATO??

Após o Golpe de 2016, a supervisão escolar, assim como todos os Brasileiros e Cidadãos do mundo num contexto nunca antes vivido de perdas, medos, incertezas, angústias, isolamento e ver a cada dia irmãos e irmãs perderem seus empregos, moradias e dignidade e a desigualdade social sempre presente nesta sociedade se ampliar por descaso e omissão daqueles que compõe os três poderes Federal, Estadual e Municipal, foi e está sendo para o grupo de Supervisores Escolares do Município de São Paulo, tarefa que nunca foi fácil, período de constante insegurança e sentimento de abandono.

Somos mais de 300 Supervisores Escolares da Rede de Ensino da Cidade de São Paulo e cada um acompanha e responde por em média 15 Unidades Educacionais e não foram poucas as vezes em que não tínhamos respostas e modo de orientar nossas Unidades Educacionais, pois fomos surpreendidos em todo esse processo, por informações correspondentes aos atendimentos Educacionais a crianças e estudantes desta rede, pela grande mídia.

Acreditamos que a ação supervisora deve construir, horizontalmente e em parceria, ações que possibilitem enfrentar o fascismo e o ultraconservadorismo presentes em movimentos como o “Escola

Sem Partido”. Devendo contribuir com a construção e implantação de políticas públicas que acolha e atenda com qualidade à comunidade para qual servimos, pois somos servidores públicos que defendemos políticas públicas que garantam uma educação de qualidade social referenciada e, não, planos de governos genocidas. Neste momento de pandemia, a supervisão escolar também teve papel fundamental em ajudar a combater a desinformação em relação ao vírus e auxiliar na proteção à vida.

Em nenhum momento houve por parte da Secretaria de Educação escuta real aos gestores desta rede, que obrigados a realizar os atendimentos presenciais escalonados, arriscaram e muitos perderam suas vidas para a COVID 19. Além da falta de escuta, a SME publicou e retificou inúmeras Instruções Normativas que asoerberaram as U.E.s de atribuições e problemas.

Diante da crise sanitária, associada à ausência de medidas políticas efetivas de controle e combate a pandemia (testagem, rastreamento e isolamento), que vitimou mais de meio milhão de brasileiros, uma parte da Supervisão Escolar construiu e participou do movimento de greve pela vida. Tal iniciativa poupou a vida de milhares de pessoas, entre elas: bebês, crianças, adolescentes e adultos da Rede



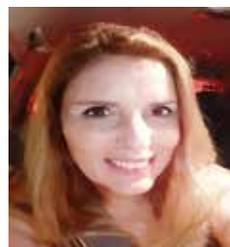
Municipal de Educação e viabilizou o processo de vacinação dos profissionais que atuam nos contextos escolares.

A Supervisão Escolar sempre se posicionou contra os retornos presenciais, sem a garantia da vida, que irresponsavelmente foram determinados pela Secretaria, arriscando a vida de profissionais e educandos e gerando uma série de surtos do COVID 19 e, que deixaram os Gestores Educacionais (Diretores e Supervisores) sem Orientação Normativa específica, para administrar o caos.

E essa omissão e abandono não se deu só pela secretaria de Educação, mas também por aqueles que deveriam lutar pela categoria que representa, como é o caso do Sindicato dos Gestores

Educacionais SINESP, que timidamente “mostrou a cara”, perdendo a vez para valentes Educadores que conduziram por mais de 120 dias a GREVE PELA VIDA, que teve como marca forte, atuação autônoma em comandos regionais, atos públicos, carreatas etc, os quais tiramos o chapéu.

Diante do silêncio conivente, devemos resistir. Se o ano de 2020 foi marcado por inúmeros manifestos das equipes gestoras e da supervisão, em todas as DREs, infelizmente, o início deste ano não começou diferente. Contudo, educadores



lutam com as armas que possuem e, para manifestar a nossa indignação, estamos aqui reunidos no intuito de esclarecer que somos, todos educadores, seres pensantes, que não necessitam da apatia de um sindicato e nem do deboche de SME, que em sua IN 29/21, no artigo.23 quer ensinar seus servidores efetivos a realizar acolhimento e a voltar ao trabalho sem a vacinação de grande parte da população, desconsiderando o pior momento da pandemia e o surgimento de uma cepa nova, mais contagiosa e mais letal.

Onde estás sindicato? Não vê seus contribuintes serem humilhados pela IN SME 24/21? Não vê a rede direta tendo que cumprir 200 dias letivos, enquanto a rede parceira irá cumprir 197 dias? Devemos lembra-lo que é um sindicato de servidores públicos? Devemos lembrar o sindicato e a SME que somos servidores pensantes e não mero expectadores das informações publicadas no site do sindicato e no Diário Oficial?

Contra as presentes omissões, silêncios ensurdecadores e conivência política queremos renovar o sindicato, a fim de não normalizar e normatizar o descaso com o serviço público e seus servidores efetivos.

Nas fotos as supervisoras Rosângela de Almeida; Maurien Rose Yllana Grigoli; Samantha Meconi e o supervisor Jaelson Batista Silva

AOS COLEGAS APOSENTADOS

(Carta de Leila Soares da SWilva, Supervisora Escolar aposentada (foto), aos colegas)

Quero compartilhar com você, meu Colega Aposentado, uma memória e um sentimento, que tenho certeza de que, - também podem ser seus.

Quando iniciei minha carreira, há quase quatro décadas, com muito entusiasmo, sonhos e a certeza de que a Educação tem compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual impere a garantia dos Direitos Fundamentais da Humanidade, recebi o desdém de alguns “colegas” que atribuíam a pouca idade e experiência, os meus princípios, a mim tão caros. Orgulho-me da trajetória que fiz, pois por vezes passei por problemas sérios, relacionados aos descasos e desmandos de inúmeros governos, chegando até a ser exonerada, na gestão do Prefeito Jânio Quadros.

Mas sabe aqueles sonhos e o vigor? Não ruíram, como era a previsão de alguns, aposentei-me, mas sem deixar de amar o meu fazer pedagógico, acreditando nas possibi-

lidades de mudanças. Prova disso é um dos últimos projetos que desenvolvi na Supervisão Escolar da DRE Pe, em parceria com colegas da Supervisão e setores da DRE, no qual trabalhávamos investindo na formação dos Estagiários em Gestão Escolar, com olhos e compromisso com os que viriam a dar continuidade a essa luta, como diria a canção de Caetano Veloso, - “...luta tamanha...” Aposentada, me orgulho do que fiz, com erros e acertos, corri atrás dos meus sonhos, e creiam “-...sem perder a ternura jamais” (“Hay que endurecerse pero sin perder la ternura” - frase atribuída a Che Guevara)

Hoje, não gosto da expressão utilizada para nos descrever: Inativo, inativo? Sim, em relação às nossas funções, mas NÃO e NUNCA, em relação ao meu papel de Educadora e Cidadã!

E é nesse sentido que faço um convite a uma reflexão. Nosso sindicato, o Sinesp,

tem primado pela convivência e nos oferece, no momento on-line, cursos e workshops, entre outras atividades, que nos fazem bem, e que por quem

quer que esteja na Diretoria, deverão ser mantidas, pois essa é a nossa vontade. No entanto é inadmissível nos limitarmos a esse lugar, em um momento em que mais de meio milhão de brasileiros perderam a vida, e muitas poderiam ter sido salvas, não fosse o negacionismo do governo, hoje envolvido em denúncias de corrupção.

Não bastasse isso, nós educadores sofremos nesse governo desprezo e vigilância, inúmeros cortes foram feitos nos vários níveis educacionais, gestores e funcionários foram expostos à contaminação e muitos colegas nossos perderam a vida, outros ainda estão expostos aos riscos de contágio. A Cultura sofreu uma verdadeira devastação, prova disso foi o incêndio anunciado



da Cinemateca, sem falar da questão ambiental...e tantas outras coisas. Não podemos nos calar, não podemos nos limitar às amenidades diante dessa crise que, além de pandêmica, é Crise Política.

Precisamos com urgência: de uma Atuação Sindical, que não só informe, mas também garanta uma formação aos sindicalizados, incluindo nós aposentados, no sentido de nos instrumentalizar para a resistência e a luta, nesse momento triste da nossa História! Precisamos de um Sindicato que aja, não se omitindo do seu papel político! Que se mobilize em denúncias e ações diante dos riscos e ataques à Democracia e Instituições.

Se não por nós, por nossos filhos! Se não por nós, por nossos irmãos, netos e sobrinhos! Se não por eles, por esta Nação!

E é nessa perspectiva que me apresento, nesse boletim do MOVIMENTO RENOVA SINESP, me solidarizando com todos que estão comprometidos com a luta pela Democracia, pelas Instituições, em especial pela Educação e pelos Especialistas da Educação da Rede Municipal da Cidade de São Paulo!

DIRETORES DE ESCOLAS COMENTAM AS DIFICULDADES QUE ESTÃO ENFRENTANDO



bastante insatisfação junto às comunidades.

Com a pandemia, a situação se agravou muito, e nos momentos mais críticos de alta das contaminações, gestores e gestoras não tiveram a garantia de salvaguardem suas vidas com o direito a sua inclusão ao teletrabalho integral, continuando a fazerem plantões e abrindo escolas para atender o público que muitas vezes contactavam a escola remotamente, além de realizar entregas que poderiam e deveriam ser feitas pelos Correios, como ocorria com outros materiais, o que demonstrava um total desrespeito a vida destes que servidores que permaneciam no trabalho presencial, sob a justificativa de zelar pelos prédios e equipamentos das escolas.

Ao longo de 2020, tiveram que administrar o imponderável, uma vez que SME optou, por diversas vezes, anunciar os novos encaminhamentos de atendimento a população em geral diretamente nos canais de comunicação, sem prévio aviso, deixando gestores e gestoras sem condições de se organizarem e assim ao atendimento de suas comunidades escolares, de forma que pudessem ter eficácia na prevenção da COVID 19 e no esclarecimento das dúvidas da população e criando dificuldades e desgaste da Gestão Escolar com suas comunidades, o que pela especificidade da educação, comprometia ainda mais as condições objetivas do atendimento escolar.

Durante a pandemia, foram intensi-

ficadas reuniões improdutivas das Diretorias Regionais de Educação com as Unidades Escolares de suas regiões, marca de uma gestão municipal desumana e burocratizada junto aos gestores e gestoras escolares e suas equipes de trabalho, precarizando o diálogo, através de um excessivo controle burocrático, dificultando os encaminhamentos de questões cotidianas, negando uma maior participação nas decisões e de projetos coletivos capazes de valorizar as escolas, profissionais da educação, estudantes e familiares.

O retorno em plena pandemia tem sido mais um capítulo dessa história que comprova o pouco diálogo e muita desorganização. Desde o início de 2021, gestores e gestoras tem apontado as dificuldades para o cumprimento dos protocolos estabelecidos que ao não atenderem as especificidades das unidades escolares e de seu territórios ampliam o potencial de contágio, agravado pelo fornecimento ineficaz e insuficiente dos EPIs, além da ameaça para o risco de sermos responsabilizados por surtos de COVID que venham a ocorrer.

Na greve dos 120 dias, houve diversos relatos de falas e orientações que buscaram intimidar a participação dos gestores e gestoras na luta em defesa da vida. Fazendo com que essa greve seja lembrada pela pressão e opressão sobre os gestores e gestoras para que de forma arbitrária descontassem o pagamento de quem se encontrava na luta pela vida,



mas também pela coragem e altivez dos que souberam dizer "NÃO" quando se fez necessário.

Por diversos momentos, a atuação das direções sindicais foi questionada pela adoção de uma postura alienada da luta e do sofrimento de educadores, educandos e familiares. Além disso, se mostraram pouco efetivas e se fizeram aquém das necessidades de gestores e gestoras em seus cotidianos.

É urgente que o SINESP tenha canais mais efetivos e menos burocráticos de acompanhamento do que acontece no chão da escola e fortaleça politicamente a categoria na defesa da educação pública e da melhoria nas condições de trabalho se quisermos ter um pós-pandemia melhor do que a realidade que tínhamos no início de 2020.

Nas fotos os diretores de Escola Carlos Roberto M. Cardoso e Marcos Manoel

CRESCEM AS MORTES POR COVID ENTRE EDUCADORES É O QUE REVELA RECENTE PESQUISA DO INSTITUTO POLIS

No dia em que milhões de alunos retomaram as aulas em São Paulo, o Instituto Pólis divulgou um estudo que aponta um aumento de 130% de mortes entre os profissionais da Educação, entre 18 e 60 anos de idade, em relação ao ano passado.

O estudo foi realizado a partir de dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação e revela que entre 1º de março de 2020 e 26 de junho de 2021 foram registrados 756 óbitos destes profissionais, sendo que 57% (429) ocorreram nos primeiros seis meses de 2021 - 30% a mais do que todo o ano de 2020, quando houve 327 casos fatais. O levantamento mostra ainda alta de 130% dos óbitos compreende aos trabalhadores em atividade.

O Instituto utilizou como base para o estudo os números do SIM PRO-AIM (Programa de Aprimoramento das Infor-

mações de Mortalidade), coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde da prefeitura de São Paulo, e do SIVEP (Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe).

A análise mostra que houve um salto de 89 mortes em 2020 para 208 em 2021. Foram 297 óbitos por covid-19 em todo o período analisado, o que corresponde a 39% dos óbitos de todos os profissionais de educação desde o início da pandemia.

De acordo com os pesquisadores, a volta parcial às aulas presenciais, liberadas na capital paulista nos últimos meses do ano passado e no primeiro semestre deste ano, tiveram impacto direto no setor.

Comparando-se dados gerais de óbitos por Covid no município de São Paulo, com o verificado com a população que

setor de atividade	óbitos 2020 e 2021		óbitos 2020		óbitos 2021		quantidade de pessoas #	indicador % óbitos/%pessoas	tendência de crescimento 2021/2020
	#	%	#	%	#	%			
educação	756	1,7%	327	1,4%	429	2,0%	369.467	3,1%	40% ↑
município de são paulo	45.499	100%	23.509	100%	21.990	100%	11.739.241	100%	-

trabalha no setor da educação vemos que esta é caracterizada por um crescimento de 40% do indicador, conforme pode ser observado na tabela acima, na comparação dos anos 2021 e 2020. O aumento considerável do indicador, em 2021, aponta que há uma tendência de crescimento acelerado nas mortes de trabalhadores e trabalhadoras da educação, que pode ser acentuado pelo retorno presencial às aulas nestas condições propostas pelo governo estadual. Essa Pesquisa do Instituto Polis foi realizada com a colaboração da seguinte equipe:

Danielle Klintowitz, arquiteta urba-

nista e coordenadora gera do Instituto Pólis; Vitor Nisida, arquiteto urbanista e pesquisador do Instituto Pólis; Lara Cavalcante, arquiteta urbanista e pesquisadora do Instituto Pólis; Deivison Faustino, professor do PPGSSPS da UNIFESP e pesquisador do Instituto Amma Psique e Negritude; Olinda Luiz, pesquisadora do HCSP e professora colaboradora da FMUSP; Jorge Kayano, médico sanitário e pesquisador do Instituto Pólis. Participa do Coletivo Intersetorial pela Vida em São Paulo.

PESQUISA COMPLETA NESTE LINK DO INSTITUTO POLIS:

<https://polis.org.br/estudos/covid-e-educacao/>